

## A infância como construção social

Escrito por Andrea Bruscato

Qua, 22 de Março de 2006 21:00

---

A idéia de infância é um modo particular de pensar a criança, e não universal.

Segundo Clarice Cohn, 2005, o que entendemos sobre infância foi sendo elaborado ao longo dos tempos, com as modificações na composição familiar, no cotidiano da vida das crianças, com a institucionalização pela educação escolar.

As experiências e vivências são diferentes em cada lugar, e sociedade. Por isso, temos de entender as crianças em seu contexto socio-cultural. Segundo Ariès:

*"Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para infância neste mundo."* (ARIÈS, 1981: 50).

As crianças eram vistas como miniatura do adulto, sem haver respeito às características e peculiaridades infantis. Caracterizava-se infância como um vir a ser. Essa concepção perdurou ao longo dos séculos e deixou marcas profundas no modo de pensar a infância.

A infância como a concebemos atualmente, é fruto da história das civilizações, que ao longo dos tempos foi redefinindo-se. Cada época imprime uma concepção de infância diferente, gerada por características sociais, políticas, econômicas e culturais específicas. Segundo Cohn, a década de 60 foi um marco, pois foi quando começou a se perceber na criança um **sujeito social**

Para que avanços acontecessem, houve a necessidade da sociedade organizar-se e reivindicar/buscar uma legislação que garantisse os direitos fundamentais para a criança. É importante destacar que só poderemos entender os códigos legais relativos à infância se nos referirmos à concepção de infância que a baseia. A Constituição Federal de 1988, por exemplo: *"(...) foi um marco nessa nova fase, propondo uma visão de criança como sujeito de direitos. Esses direitos foram regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.969/ 90), explicitando uma concepção de criança cidadã que significa entendê-las como sujeitos de direitos que merecem proteção integral, porque se encontram em condições especiais de desenvolvimento"* (MULLER, 1997 in SMED, 1999: 13).

Nota-se uma nova concepção de infância, que vai além do cuidado e guarda, do desenvolvimento integral da criança e do atendimento de suas necessidades e interesses, pois busca

*"(...) construir um currículo centrado no caráter lúdico da aprendizagem e qualificar as interações possíveis das crianças com os adultos (...) e das crianças com o mundo, através do resgate da imaginação, do brincar, dos desafios cotidianos, das diferentes formas de expressão/ linguagem e muitos outros aspectos relevantes, envolvidos nestas relações. Esse processo vai além das portas e janelas da escola, (...), mexendo com as diferentes concepções e relações que existem na comunidade, nas famílias, nas organizações sociais e culturais"*

## A infância como construção social

Escrito por Andrea Bruscato

Qua, 22 de Março de 2006 21:00

---

(SMED, 1999: 18).

A Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, estabelecendo, apenas no 2, que os sistemas de ensino velassem para que as crianças de idade inferior a sete anos recebessem conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes, sem especificar responsabilidades ou obrigatoriedade pelo atendimento por parte do Estado. Com base neste artigo, o Conselho Federal de Educação emitiu diversos pareceres estabelecendo precedentes de atendimento às crianças entre 5 e 6 anos nas redes públicas de 1º grau.

A determinação governamental de atendimento às crianças em idade de 5 a 6 anos, em parte encaminhou uma série de questões referentes às responsabilidades do Estado em relação à Educação Infantil. Mesmo assim, uma série de lacunas ainda permeavam esta discussão como: o despreparo das instituições e funcionários, a adequação do espaço, a falta de uma proposta realmente enriquecedora de aprendizagem.

Talvez o maior salto tenha sido em relação ao brincar, quando o Referencial coloca que :

**"(...) brincar deve se constituir em atividade permanente e sua constância dependerá dos interesses que as crianças apresentam nas diferentes faixas etárias."** (Referencial Curricular Nacional para a Ed. Infantil, 1998)

A infância é um produto da sociedade e do tempo/espaço na qual se insere.

Durante o século XVII, a infância não era vista com olhar especial. Ariès já colocava que:

**"(...) não existia uma separação tão rigorosa como as brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e jogos dos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos."** (Ariès, 1981)

A idéia de que cabe à criança brincar, se divertir e aprender foi construída socialmente e historicamente.

Brincar é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas, constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sócio-cultural dos alunos. A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por ele criado.

Segundo Cohn, 2005, *espaços especializados de aprendizagem transmitem conhecimentos diversos em modalidades diversas. Por isso, deve-se focar a educação e os processos de aprendizagem através das modalidades, lugares e relações envolvidas nesse processo em que se insere a criança e como a criança está inserida nele.*

Assim, concepções do que é ser criança, do desenvolvimento e da capacidade de aprender devem ser entendidas de maneira interligada. Só assim se pode compreender o que significa para eles aprender e a aprendizagem, os processos pelos quais os realizam.

## **A infância como construção social**

Escrito por Andrea Bruscato

Qua, 22 de Março de 2006 21:00

---

### **Bibliografia:**

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COHN, Clarice. A antropologia da infância. R.J.: Zahar, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Proposta Pedagógica da Educação Infantil. 2 ed. Porto Alegre: SMED, n. 15, dez 1999.